atrelada a um procedimento instaurado para esta finalidade;
CONSIDERANDO que o preenchimento das atividades relacionadas a visitas em estabelecimentos e unidades, no Sistema Integrado do Ministério Público - SIMP, exige que seja lançado o referido ato vinculado a um procedimento administrativo previamente instaurado.

RESOLVE:

RECOMENDAR aos membros do Ministério Público do Estado do Pará, responsáveis por fiscalizações em Estabelecimentos ou Unidades Prisionais, de Saúde, de Educação, de Acolhimento de Crianças e Adolescentes, de Cumprimento de Medidas Socioeducativas de internação de Adolescentes e, ainda, outras relacionadas à atribuição do Órgão Ministerial, que promovam a instauração de Procedimentos Administrativos, a fim de subsidiar a fiscalização de Políticas Públicas necessárias para o desenvolvimento dos referidos estabelecimentos ou unidades, considerando que tais visitas devem ser atreladas à instauração destes Procedimentos Extrajudiciais.

Publique-se e Cumpra-se.
Belém (PA), 26 de fevereiro de 2021.
MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público

Protocolo: 631505

RESUMO DA RECOMENDAÇÃO Nº 001/2021-MP/2ªPJ/DC

Ref. Procedimento Administrativo/SIMP nº 000008-111/2021
O Promotora de Justiça signatária, titular da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor de Belém, no uso de suas atribuições constitucionais, torna público o extrato da Recomendação Nº 001/2020-MP/2ªPJ/DC, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça do Consumidor, situada na Rua Ângelo Custódio, nº 36, anexo I, térreo, bairro da Cidade Velha, nesta Capital.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 000008-111/2021-MP/2ªPJ/DC
RECOMENDANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio da Promotoria de Justiça do Consumidor de Belém
RECOMENDADO: Associação Paraense de Supermercados - ASPAS
OBJETO: Adotar todas as medidas necessárias para orientar seus associados, bem como a todos os destinatários da lei 8.902/19, na qualidade de fornecedores, no sentido de interpretar o §2º, do artigo 2º, da lei 8.902/19, de forma mais benéfica ao consumidor dando ao referido dispositivo uma interpretação conforme à Constituição, abstendo-se de realizar a cobrança pela sacola.

Belém, 26 de fevereiro de 2021.
FREDERICO ANTONIO LIMA OLIVEIRA
2º Promotor de Justiça do Consumidor

Protocolo: 631439

RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA NO INQUÉRITO CIVIL Nº 003599-025/2020

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da 5ª Promotora de Justiça de Marituba, ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA, no uso de suas atribuições de defesa do meio ambiente subsidiada nas disposições do art. 127 e art. 129, II, da Constituição Federal de 1988, RECOMENDA ao ESTADO DO PARÁ, ao ITERPA, à CODECe ao Município de Marituba a adoção de providências para destinadas à revisão de ato administrativo que efetivou a doação de terras públicas incidentes na Zona de Amortecimento da Unidade de Conservação Refúgio da Vida Silvestre para fins de instalação de Distrito Industrial no Município de Marituba. Estabeleceu-se o prazo de 10 dias úteis para manifestação sobre o acatamento da Recomendação.

Marituba, 25 de fevereiro de 2021.
ELIANE CRISTINA PINTO MOREIRA
5ª Promotora de Justiça de Marituba

Protocolo: 631340

MUNICÍPIOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ABAETETUBA/PA
EXTRATOS DE TERMOS DE ADITIVOS. ESPÉCIE: 3º Termo Aditivo ao contrato administrativo nº 048/2017.**

Pregão Eletrônico 16/2017. Data da Assinatura: 30/11/2020. Partes: Município de Abaetetuba, por meio da Prefeitura Municipal de Abaetetuba e Air Liquide Brasil, CNPJ: 00.331.788/0021-62, que tem por objeto prorrogar a vigência do contrato pelo período de 12 (doze); meses, de 30/11/2020 a 30/11/2021, com amparo na disposição da Cláusula Segunda, e ainda nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e considerando a justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Saúde, Maria Lucilene Ribeiro das Chagas, considerando que não há nos autos a devida publicação do extrato do referido aditivo, e de forma que não ocorreu regular transição de gestão. A administração, considerando o interesse público envolvido, e em razão do princípio da autotutela administrativa, realiza a publicação tardia do presente termo. Indicando que caso tenha sido realizada a publicação à época da assinatura do termo aditivo, no devido prazo, porém não tenha sido juntada aos autos do processo administrativo, esta publicação não

ensejará prejuízos ao ato originário, nem resulta em lesão a direito de terceiros. Maria Francinete Carvalho Lobato - Secretária Municipal de Saúde de Abaetetuba

ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo ao contrato administrativo nº 2019/191, Chamada Pública nº 05/2019. Data da Assinatura: 04/11/2020. Partes: Município de Abaetetuba, por meio da Prefeitura Municipal de Abaetetuba e Medservice Pará Serviços Médicos Ltda Me, CNPJ: 09.525.136/0001-90, que tem por objeto prorrogar a vigência do contrato pelo período de 12 (doze); meses, de 04/11/2020 a 04/11/2021, com amparo na disposição da Cláusula Segunda, e nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e considerando a justificativa apresentada pela Secretária Municipal de Saúde, Maria Lucilene Ribeiro das Chagas, considerando que não há nos autos a devida publicação do extrato do referido aditivo, e de forma que não ocorreu regular transição de gestão. A administração, considerando o interesse público envolvido, e em razão do princípio da autotutela administrativa, realiza a publicação tardia do presente termo. Indicando que caso tenha sido realizada a publicação à época da assinatura do termo aditivo, no devido prazo, porém não tenha sido juntada aos autos do processo administrativo, esta publicação não ensejará prejuízos ao ato originário, nem resulta em lesão a direito de terceiros. Maria Francinete Carvalho Lobato - Secretária Municipal de Saúde de Abaetetuba.

Protocolo: 631736

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
EXTRATO DE TERMO DE DISTRATO. TERMO DE DISTRATO Nº 02402001/2021.** PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2020. Objeto: Aquisição de Gênero Alimentícios para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Saúde. Distratada: Bom de Mais Alimentos Comércio Eireli. CNPJ Nº: 63.867.642/0001-02. Fund. Legal: Art. Nº 78 e 79 da Lei nº 8.666/93. Assinatura: 24/02/2021.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS. ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 2017.0105001. Dispensa nº 07/2017-010. Objeto: Locação de Imóvel Para Funcionamento da Secretaria Municipal de Finanças. Contratado: Raimunda Maria Camargo Gondim. CPF Nº: 844.9990.282-72. Fund. Legal: Art. nº 57, Inciso II da Lei nº 8.666/93. Assinatura: 28/12/2020.

ESPÉCIE: 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 2017.0202005. Dispensa nº 07/2017-023. Objeto: Locação de Imóvel Para Funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura. Contratado: Olivio Batista da Silva. CPF nº: 024.302.662-53. Fund. Legal: Art. Nº 57, Inciso II da Lei Nº 8.666/93. Assinatura: 28/12/2020.

Protocolo: 631737

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO POÇO
EXTRATOS DE CONTRATOS.** PREGÃO nº 015/2019 - PMCP - PP - SRP, conforme saldo da Ata de Registro de Preço nº 016/2019 Objeto dos contratos: Aquisição de Materiais de uso Elétrico Destinados para a Manutenção da Iluminação Pública do Município de Capitão Poço; CONTRATO nº 2020011002. Contratante: Prefeitura Municipal de Capitão Poço, Contratado: A E de M Vaz - Me, CNPJ 19.789.828/0001-07. Valor global R\$ 1.069.200,00 (um milhão e sessenta e nove mil e duzentos reais). Vigência 01/10/2020 à 01/10/2021; CONTRATO Nº 2020011003. Contratante: Prefeitura Municipal de Capitão Poço, Contratado: Delvalle Materiais Elétricos Ltda. CNPJ: 37.227.550/0001-58 Valor global R\$1.110.375,00 (um milhão cento e dez mil, trezentos e setenta e cinco reais). Vigência 01/10/2020 à 01/10/2021; CONTRATO Nº 2020011004 Contratante: Prefeitura Municipal de Capitão Poço, Contratado: J. E. de Oliveira Rodrigues, CNPJ 17.142.432/0001-30. Valor global R\$943.500,00 (novecentos e quarenta e três mil e quinhentos e reais). Vigência 01/10/2020 à 01/10/2021.

Protocolo: 631738

PREFEITURA MUNICIPAL DE FARO

**MUNICÍPIO DE FARO - PA
"ERRATA" REFERENTE À PUBLICAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FARO-PA Nº 34500 NA PÁGINA 73 DO DIA 24/02/2021 DO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ, ONDE SE LÊ "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE 04 (QUATRO) EMBARCAÇÕES FLUVIAIS EM MADEIRA DE LEI E 03 (TRÊS) LANCHAS FLUVIAIS DESTINADOS AO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS", LÊ-SE "CONTRATAÇÃO**